



Assembleia Municipal de Lagoa – Açores

ACTA DA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOA – AÇORES, DE 17 DE ABRIL DE 2008

ACTA Nº 02/2008

Aos dezassete dias do mês de Abril do ano de dois mil e oito, pelas vinte horas e trinta minutos, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal do Concelho de Lagoa Açores, no Auditório dos Paços do Concelho, sob a Presidência do Senhor João Manuel Moniz de Sousa, do Primeiro Secretário Albertina Maria da Costa Oliveira e do Segundo Secretário Nuno Filipe Medeiros.

A sessão iniciou-se com a apresentação pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de boas noites a todos os Membros da Assembleia, ao Senhor Presidente da Câmara e Vereação, tendo procedido de seguida à verificação da presença dos seguintes membros: João Manuel Moniz de Sousa; Leonel Rosa da Silveira; Olga Maria Rodrigues Borges Soares; Paulo Jorge Soares Amaral Borges; Hélder Carlos Pimentel Medeiros; Eduíno Manuel da Ponte Rego; Maria do Carmo Carreiro Matos Lima; Maria Manuela de Oliveira Marques Bandeiras Furtado Correia; Manuel Francisco Esteireiro Carreiro; Nuno Filipe Medeiros Martins; Rui Manuel Maciel Costa de Oliveira Ramos; André Carvalho Almeida; Rui Alberto Cabral Borges; António Manuel Medeiros Varão; Rodolfo Martins Marques da Silva; Luís Miguel Cabral Rego Pires; Norberto Carlos Cordeiro da Ponte; Roberto Manuel Pereira de Sousa; António Augusto da Ponte Borges; Durval Carlos Simas Faria; Anabela da Silva Calisto e Albertina Maria da Costa Oliveira.

Não compareceram à sessão os membros: Gilberto Gouveia Branquinho; Luís Manuel Barbosa Cabral; Maria do Rosário Andrea Mirante Afonso e Paulo Jorge Cimbron Varão.

Em representação do executivo Camarário tomou parte na sessão o Presidente João António Ferreira Ponte que se fez acompanhar dos Vereadores: Mariana da

Purificação Vieira Rodrigues Viveiros; Durval Carlos Almeida Faria; Fernando Jorge Ventura Moniz; José Duarte Barbosa Cabecinha e Jorge Alberto Barbosa de Almeida.

Participou ainda na sessão, no período de intervenção aberto ao público, o Senhor José Fernando Carneiro Sousa morador na freguesia de Nossa Senhora do Rosário.

O Senhor Presidente da Assembleia informou que atendendo que foi enviada cópia da acta aos membros representativos dos dois Partidos neste Órgão deliberativo, solicitou a dispensa da leitura da acta, o que foi aceite por unanimidade.

De seguida o Senhor Presidente da Assembleia colocou à aprovação de todos os membros a acta da primeira sessão ordinária, do dia 28 de Fevereiro de 2008.

A acta foi aprovada, por unanimidade, pelos vinte e dois membros presentes no plenário.

Procedeu depois, o Senhor Presidente da Assembleia à exposição da correspondência recebida no período de 29 de Fevereiro de 2008 a 17 de Abril de 2008 que se encontrou à disposição para consulta.

Pelos membros: Eduíno Manuel da Ponte Rego; Luís Manuel Barbosa Cabral e Paulo Jorge Cimbron Varão foram recebidas comunicações solicitando justificação da falta à sessão ordinária de 28 de Fevereiro de 2008.

Pelos membros: Gilberto Gouveia Branquinho; Luís Manuel Barbosa Cabral e Maria do Rosário Andrea Mirante Afonso foram recebidas comunicações solicitando justificação da falta à sessão ordinária de 17 de Abril de 2008.

A Mesa considerou justificadas as faltas.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal congratulou-se e felicitou a constituição da Associação Musical de Lagoa, no Concelho de Lagoa - Açores.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

BOLETIM MUNICIPAL:

O membro Paulo Jorge Borges referiu que não tem recebido o Boletim Municipal. No último Boletim Municipal que viu, verificou vários eventos mas nas fotografias

publicadas não viu em nenhuma fotografia a presença dos Vereadores do PSD. Comentou que espera que não seja de propósito por parte do Partido Socialista a ausência de fotografias dos Membros da Oposição da Câmara Municipal, nos eventos publicados nos Boletins Municipais.

Sobre o assunto, o Senhor Presidente da Câmara no uso da palavra referiu que a Câmara Municipal publica dois Boletins Municipais por ano e comentou que não pode publicar fotos dos Senhores Vereadores da Oposição se os mesmos não comparecem nos eventos.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

ANTIGA CANADA DO POMBAL:

O membro Paulo Jorge Borges manifestou satisfação a quem tomou a iniciativa de mandar reparar uma grelha no pavimento da Antiga Canada do Pombal que fazia muito barulho e era incómodo para os moradores da zona.

O Senhor Presidente da Câmara no uso da palavra referiu que em passagem pela Antiga Canada do Pombal deparou-se com o barulho que a grelha provocava e da necessidade da sua reparação, pelo que, de imediato, mandou reparar a mesma.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

VOTO DE CONGRATULAÇÃO - ASSOCIAÇÃO MUSICAL DE LAGOA – AÇORES:

Pelos membros: Rui Ramos; Paulo Jorge Borges; Luís Pires; António Augusto Borges; Leonel da Rosa da Silveira e Rui Borges, foi presente o Voto de Congratulação que abaixo se transcreve:

“Considerando que a cultura é essencial à identidade dos povos, os Deputados Municipais abaixo-assinados propõem à Assembleia Municipal de Lagoa um Voto de Congratulação pelo nascimento da Associação Musical de Lagoa – Açores, sublinhando o papel decisivo dos seus promotores em prol da música, enquanto expressão viva da cultura.”

O Senhor Presidente da Assembleia colocou o documento à votação, tendo o mesmo sido aprovado, por unanimidade e aclamação.

VOTO DE CONGRATULAÇÃO - INSTITUTO CULTURAL PADRE JOÃO JOSÉ TAVARES:

Pelos membros: Rui Ramos; Paulo Jorge Borges; Luís Pires; Leonel da Rosa da Silveira; António Augusto Borges e Rui Alberto Cabral Borges, foi apresentado o Voto de Congratulação que abaixo se transcreve:

“Considerando que a cultura é essencial à identidade dos povos, os Deputados Municipais abaixo-assinados propõem à Assembleia Municipal de Lagoa um Voto de Congratulação pelo nascimento do **Instituto Cultural Padre João José Tavares** sublinhando o papel decisivo dos seus promotores em prol da sensibilização e da defesa do vasto património cultural existente no concelho.”

O Senhor Presidente da Assembleia colocou o documento à votação, tendo o mesmo sido aprovado, por unanimidade e aclamação.

PERÍODO ORDEM DO DIA:

PONTO Nº 1 – INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ACTIVIDADE CAMARÁRIA:

O Senhor Presidente da Câmara, referiu que ficaria à disposição dos membros presentes para alguma questão que quisessem colocar, visto todas as acções desenvolvidas constarem da informação das actividades desenvolvidas pela Câmara Municipal de Lagoa, distribuída a todos os membros da Assembleia Municipal.

O membro Paulo Jorge Borges referiu que o documento entregue aos membros da Assembleia Municipal tem passado de relatório para informação. Constata-se a repetição de assuntos e uma mistura nos tempos verbais. Na sua perspectiva quem compila este documento faz uma “cópia” das notícias que foram enviadas para a comunicação social, pelo que, alertou que no futuro, gostaria que este documento fosse ajustado.

O Senhor Presidente da Câmara no uso da palavra referiu que todas as notas de imprensa estão na página do Portal da Câmara Municipal.

O membro Paulo Jorge Borges referiu que compete à Assembleia Municipal apreciar a actividade do Município, bem como a situação financeira do mesmo, pelo que teceu alguns comentários aos assuntos apresentados e destacou alguns assuntos que gostaria de ser esclarecido, nomeadamente:

- Lagoa é um exemplo no combate à toxicodependência – Questionou o que tem sido feito;

- Toxicodependência e Insegurança como maiores preocupações Lagoenses – Refere o documento que "... a Câmara Municipal de Lagoa tem levado a cabo várias medidas que visam à prevenção e tratamento das toxicodependências e à minimização deste flagelo social ...". Salientou que gostaria que apresentassem a lista de actividades;
- Novas Instalações da Disrego confirmam a tendência de crescimento da Lagoa – Comentou que este assunto não faz parte do âmbito das actividades Camarárias e o último parágrafo não faz sentido neste documento;
- Câmara Municipal de Lagoa inaugurou Bairro de São José – Comentou que o antigo Bairro tinha um nome com uma carga negativa e elogiou com um bem-haja à atribuição da nova toponímica, com o nome de Bairro de São José;
- Lagoa pedalou contra as toxicodependências – Questionou quantos foram os participantes no passeio. O Senhor Presidente da Câmara no uso da palavra informou de imediato que foram cerca de trinta participantes;
- Empresa Municipal de Lagoa promoveu concurso "Expressa as Dependências" – Comentou que em sua opinião, a atribuição de consolas playstations portáteis, aos vencedores do concurso, não são os prémios mais adequados, deve-se fomentar a saúde e o ar livre;
- Presidente da Câmara Municipal de Lagoa participou nas VII Jornadas Autárquicas das Regiões Ultraperiféricas da União Europeia e de Cabo Verde – Questionou quais foram os resultados destas Jornadas e referiu que na última linha deste texto há um erro de escrita quando se deveria dizer " ... do Poder Autárquico ...";
- Resort de 5***** maior investimento privado de sempre na Lagoa - Referiu que sobre este assunto já manifestou a sua opinião na imprensa. O Concelho de Lagoa parou no tempo. Concorde com a realização do empreendimento, pois vem criar mais postos de trabalho para os Lagoenses. Solicitou ao Senhor Presidente da Câmara a apresentação da maquete do referido projecto;
- Câmara Municipal de Lagoa recuperou muro de pedra seca na orla marítima da Atalhada - Questionou porquê a Câmara recuperou o muro;
- Obras enobrecem culto ao Divino Espírito Santo - Questionou se o novo Treatro do Espírito Santo vai passar para a Junta de Freguesia de Santa Cruz;
- Lagoa celebra 486 anos de Elevação a Vila e Sede de Concelho – Comentou que as comemorações decorreram bem mas podiam ter sido mais abrilhantadas. Questionou aonde está o retorno dos apoios que a Câmara Municipal atribuiu a meia centena de Instituições do Concelho. Seria uma boa forma de haver algum retorno que poderia

ser aproveitado para abrilhantar as Comemorações do Feriado Municipal. Referiu ainda que no Concerto de estreia da Orquestra Ligeira da Associação Musical de Lagoa, houve uma apresentação em “powerpoint” que gostou e questionou de quem foi a ideia;

- Apresentação da Academia Musical da Associação Musical de Lagoa – Açores – Em seu entender, referiu que não foi uma actividade da Câmara Municipal. O Senhor Presidente da Câmara no uso da palavra informou que foi com o apoio da Câmara Municipal;

- O mapa resumo da execução da receita e despesa, apresenta valores de execução nas receitas de capital – Vendas de bens de investimento – referiu que gostaria de saber quais os bens que foram vendidos.

O membro Rui Ramos referiu que não sabe porquê a Lagoa tem sido um exemplo no combate à toxicodependência. Em sua opinião o plano de combate à toxicodependência tem sido um plano de marketing. Acha que não é com assinaturas de actores no Complexo da Piscina Municipal que se combate a toxicodependência, referiu que é só “fogo-de-vista”. Expôs que gostava de saber o que a EML disponibilizou para estas actividades e quantas pessoas já se preveniu no combate à toxicodependência com esta forma de combate. Referiu ainda que gostava que nestas e noutras matérias fosse dada oportunidade de trabalharem todos juntos.

O Senhor Presidente da Câmara no uso da palavra referiu que já se sente no ar, pelo tom das intervenções efectuadas, um ambiente de campanha eleitoral e esclareceu o seguinte:

- Relativamente ao plano de combate à toxicodependência tem sido uma preocupação de todos os dias. O trabalho que tem sido feito a nível local, se fosse feito também por outras Entidades, a situação seria melhor. “Não podemos sentir este problema e ficarmos de braços cruzados, temos que chamar os jovens para os ocupar em diversas actividades. Pode-se dizer muita coisa sobre o assunto mas não conhece nenhum outro concelho que esteja a fazer um trabalho como o Município de Lagoa. O Relatório de Actividades do Plano Municipal de Prevenção Primária Contra as Toxicodependências de 2007 está disponível na página do Portal da Câmara Municipal de Lagoa. Se o Grupo do PSD tem sugestões pode-as apresentar”;

- Sobre a matéria de Segurança, esta Câmara Municipal sempre assumiu como uma das suas principais preocupações e já enviou uma recomendação ao Ministério da Administração Interna;

- Sobre o comentário do assunto das “Novas Instalações da Disrego confirmam a tendência de crescimento da Lagoa”, referiu tratar-se de uma empresa que utiliza uma tecnologia de vanguarda que orgulha o Concelho de Lagoa;
- Sobre a atribuição de consolas playstations portáteis aos vencedores do concurso “Expressa as Dependências” referiu que se oferecêssemos um livro, certamente havia menos participantes, o objectivo é incentivar a adesão dos jovens às actividades;
- As VII Jornadas Autárquicas das Regiões Ultraperiféricas da União Europeia e de Cabo Verde decorreram na Ilha de São Vicente. Essencialmente as conclusões têm a ver com problemas que são comuns aos Municípios Portugueses e de Cabo Verde, o financiamento dos Municípios. É um arquipélago com fracos recursos e só agora está a desenvolver os primeiros Planos Directores Municipais;
- Sobre o Resort de 5 estrelas informou que o Grupo em causa tem interesse em investir naquela zona. O Resort de 5 estrelas é um tipo de unidade hoteleira que o Governo está a apostar. Vem criar mais postos de trabalho e pode ser dinamizador no desenvolvimento de outros serviços. O Vereador Durval Faria tem acompanhado o projecto e como não está concluída a Revisão do Plano Director Municipal o projecto pode ainda ser revisto;
- Aquando do temporal de Dezembro de 2006 o muro de pedra seca na orla marítima da Atalhada ficou destruído. Foi importante recuperá-lo para uma maior segurança dos moradores. A cota da orla marítima é mais elevada do que os terrenos;
- As Festas ao Divino Espírito Santo têm uma grande tradição nos Açores. O novo edifício do Treatro do Espírito Santo está praticamente concluído e a sua gestão será entregue à Irmandade do Divino Espírito Santo;
- Sobre as Comemorações do Feriado Municipal queria relembrar o percurso das suas Comemorações e como eram celebrados antes os Feriados Municipais. Em 2005, tomou a decisão de dar dignidade ao Feriado Municipal. Nos últimos anos a Câmara Municipal tem-se empenhado em comemorar os Feriados Municipais com grande dignidade e já se coloca a questão como vai ser no próximo ano. Este ano houve três bons momentos, com Grupos do Concelho de Lagoa e gostaríamos que mais pessoas participassem. Mais referiu que não sabe quem foi o responsável pela apresentação em “powerpoint” no Concerto de estreia da Orquestra Ligeira da Associação Musical de Lagoa e comentou que foi um bom momento musical;

- Os bens que foram vendidos foram os lotes de terreno no Bairro de São José, na freguesia do Rosário e os lotes de terreno na Longueira, freguesia de Santa Cruz. Há obra feita, com empenho e continuamos a apoiar as famílias do Concelho de Lagoa. O membro Rui Ramos referiu que o Grupo do PSD está disponível para trabalhar em conjunto no plano de combate à toxicodependência como aconteceu no Regulamento Municipal de Atribuição de Bolsas de Estudos. Comentou que quando se fala em atribuição de apoios às famílias, ouve-se falar em blocos e cimento e fica um barulho na sala.

O membro Paulo Jorge Borges referiu que o Senhor Presidente da Câmara está preocupado com o período de campanha. A linguagem tem sido sempre a mesma. Sobre as Comemorações do Feriado Municipal não falou mal, foram de alta qualidade, pena que não houve mais participantes. Mas a boa qualidade não invalida que o retorno dos outros Grupos se possa fazer. Comentou que na cerimónia a bandeira dos Açores que estava colocada era mais pequena do que as outras e de acordo com o protocolo não estava correcto. Salientou que o Senhor Presidente da Câmara deve dar mais dignidade aos seus discursos. O discurso apresentado pelo membro Norberto da Ponte foi claro e com fio condutor. Citou "Eu gosto que o meu Presidente em acto público faça boa figura."

O Senhor Presidente da Câmara no uso da palavra disse que não percebe o que refere na dignidade dos seus discursos. Sobre a atribuição de apoios, comentou que em Agosto de 2005, no período da campanha eleitoral, não fez mais atendimento ao público, nem houve mais atribuição de apoios no âmbito do Regulamento de Apoio à Habitação Degradada.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e não havendo mais intervenções passou-se ao ponto seguinte.

PONTO Nº 2 – DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2007:

Foi presente à Assembleia Municipal pela Câmara Municipal os Documentos de Prestação de Contas de 2007, dos quais consta que a receita arrecadada durante o ano foi de € 9.173.377,38 (nove milhões cento e setenta e três mil trezentos setenta e sete euros e trinta e oito cêntimos) e de € 386.626,14 (trezentos oitenta e seis mil seiscentos vinte e seis euros e catorze cêntimos) esta referente a Operações de Tesouraria, que com o saldo do ano anterior no montante de € 383.685,64 (trezentos oitenta e três mil seiscentos oitenta e cinco euros e sessenta e quatro

cêntimos), incluindo Operações de Tesouraria, perfaz a totalidade de € 9.943.689,16 (nove milhões novecentos quarenta e três mil seiscentos oitenta e nove euros e dezasseis cêntimos).

A despesa efectuada durante o mesmo período foi no montante de € 9.151.940,01 (nove milhões cento e cinquenta e um mil novecentos e quarenta euros e um cêntimo) e de Operações de Tesouraria de € 407.557,30 (quatrocentos e sete mil quinhentos cinquenta e sete euros e trinta cêntimos), do que resulta um saldo positivo no valor de € 384.191,85 (trezentos oitenta e quatro mil cento noventa e um euros e oitenta e cinco cêntimos), também inclui Operações de Tesouraria.

Os documentos de prestação de contas, encontram-se integralmente elaborados, conforme dispõe a Resolução nº 4/2001 – 2ª Secção de 18 de Agosto do Tribunal de Contas.

O membro Rui Ramos referiu que em manifesto eleitoral comprometeram-se em fiscalizar e estranhar o facto de porem à votação os Documentos de Prestação de Contas de 2007 sem explicação do Senhor Presidente da Câmara.

O Senhor Presidente da Câmara no uso da palavra referiu que o relatório é claro, transparente e coerente e informou o seguinte:

- Este ano foi apresentado o Relatório de Actividades e Gestão onde foram incluídas as Actividades desenvolvidas ao Relatório de Gestão;
- Pela primeira vez foi apresentada a Certificação Legal das Contas e o Parecer do Revisor Oficial de Contas aos documentos de Prestação de Contas do Município de Lagoa Acores;
- O valor de investimento realizado foi baixo porque não foi possível à Câmara Municipal ter arrecado mais Receitas de Capital devido aos atrasos do novo Quadro Comunitário de Apoio, que ficou apenas disponível para as Autarquias em Novembro de 2007 e à impossibilidade do Recurso ao Crédito;
- A Gestão Camarária dos últimos anos ficou marcada pela situação acima descrita. Tanto mais que quando assumiu a Presidência em 2005, este Município não tinha um euro sequer para investir no Quadro Comunitário anterior. A Câmara Municipal de Lagoa não tem capacidade para gerar receitas como outras Autarquias de maior dimensão;
- A Despesa Corrente tem crescido nos últimos anos, devido à correcção de rubricas de despesa que eram efectuadas por capital que passaram para corrente, nomeadamente, os protocolos com as Juntas de Freguesia, o Apoio à Habitação

Degradada e ainda com a melhoria da oferta de serviços prestados à população, como por exemplo, a introdução da recolha selectiva que contribuiu para um aumento da despesa corrente, para além do acréscimo da taxa do IVA e das subidas automáticas do pessoal;

- Na gerência do ano de 2007, os indicadores apresentados foram os possíveis, mas temos a consciência que melhor era impossível.

O membro Rui Ramos referiu que realmente este documento é transparente e a primeira transparência é que a Lagoa parou no tempo, em termos de investimento. Em 2007, o investimento teve um coeficiente de realização de 39,68%.

O Senhor Presidente da Câmara no uso da palavra referiu que existem outras Câmaras Municipais com taxas de execução mais baixas.

O membro Rui Ramos comentou que foi eleito pelo Povo Lagoense e defende o seu Concelho, se existem outros Concelhos com taxas de execução de investimento mais baixas então estão todos parados no tempo.

Se compararmos o investimento realizado nos últimos anos, com o investimento realizado no tempo do anterior Presidente Eng.º Martins Mota que mudou a face da Lagoa, verifica-se que o mesmo decaiu.

Quando se discutiu o orçamento para 2007 fez-se uma previsão de arrecadar receita em 15 milhões de euros e só se obteve uma execução de cerca de 10 milhões.

Alertou que as recomendações do Tribunal de Contas não foram todas atendidas, nomeadamente com as dívidas de terceiros.

O membro Paulo Jorge Borges referiu que a Câmara Municipal está a tentar poupar nas despesas correntes, com a entrega dos Documentos de Prestação de Contas de 2007 em CD e louvou por isso. Recomendou que da próxima vez fosse apresentado em formato pdf por ser mais prático a sua consulta.

Um bom gestor é aquele que consegue poupar e há um diferencial positivo de cerca de 1 milhão de euros entre a receita corrente e a despesa corrente e solicitou que gostaria de saber onde foram investidos.

Relativamente às Dívidas de terceiros há uma recomendação do Tribunal de Contas para o Executivo fazer esforços para arrecadar as dívidas de terceiros mas tem se verificado um aumento, o que demonstra que continua a haver uma má gestão do elenco camarário ao erário público. Continua a haver utentes que não pagam e fez votos que em 2008 aquele valor desça e a Câmara Municipal cobre as dívidas.

O Senhor Presidente da Câmara no uso da palavra esclareceu a diferença da gestão da Autarquia dos últimos anos e do tempo do anterior Presidente Eng.º Martins Mota. Referiu que fez parte de mandatos do Eng.º Martins Mota e teve muito gosto em trabalhar com ele. Esta Câmara Municipal foi eleita em 2005 e quando se comprometeram em campanha eleitoral basearam-se numa Lei das Finanças Locais que entretanto já foi alterada.

Para se fazer uma obra tem que haver receita e só se obtém receitas através de quatro formas: transferências do orçamento do estado; fundos comunitários; empréstimos e receitas próprias. Através dos Fundos Comunitários estava esgotado o plafond, muitos dos empréstimos contraídos tinham períodos de carência que terminaram e passamos a pagar as amortizações e juros e não foi possível contrair mais empréstimos, por estas razões, não podemos ter níveis de investimento comparados com os anos anteriores. Só é possível arrecadar mais receitas, se aumentarmos as taxas mas isso também não é possível. Perante este cenário não é correcto fazer essas comparações.

Referiu ainda que quando se faz um orçamento tem de se garantir o equilíbrio e em 2007 começamos a executar obras que serão comparticipadas pelos novos fundos comunitários.

Relativamente às Dívidas de terceiros informou que com o aumento dos valores das vendas, estes valores também aumentaram, não quer dizer que a Câmara não se tem esforçado nos últimos tempos na arrecadação daquelas receitas. Não há uma má gestão como foi referido.

Destacou ainda a apresentação da certificação legal das contas. A Sociedade de Revisores Oficiais de Contas acompanhou e ajudou na elaboração dos documentos de Prestação de Contas. Concluiu que no ano de 2007 foi feito o melhor que foi possível fazer.

O membro Rui Ramos informou que o que fariam seriam orçamentos em que as taxas de execuções atingissem os cem por cento.

A membro Maria Manuela Correia questionou em relação às recomendações do Tribunal de Contas o que já foi cumprido e o que falta cumprir.

O Senhor Presidente da Câmara no uso da palavra informou que algumas das recomendações, em termos de procedimentos, foram corrigidos de imediato. Foram definidas tarifas com maior rigor e estamos a implementar a contabilidade de custos, a gestão de stock e de armazéns.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal determinou que se passasse à apreciação e votação, tendo os documentos de Prestação de Contas respeitante ao período de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro do ano de 2007 sido apreciados e votados, por maioria, com seis votos contra dos membros: Leonel Rosa da Silveira; Paulo Jorge Borges; Maria Manuela Correia; Rui Ramos; Rui Borges e Luís Pires, uma abstenção da membro Maria do Carmo Lima e treze votos a favor, dos vinte membros presentes, encontrando-se ausentes da sala dois membros: Norberto Ponte e Roberto Sousa, de acordo com o disposto na alínea c) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

Verificou-se que os documentos em apreciação, acusavam na receita € 9.335.297,47 (nove milhões trezentos trinta e cinco mil duzentos noventa e sete euros e quarenta e sete cêntimos) e de despesa de € 9.151.940,01 (nove milhões cento e cinquenta e um mil novecentos e quarenta euros e um cêntimo), acusando um saldo de € 183.357,46 (cento oitenta e três mil trezentos e cinquenta e sete euros e quarenta e seis cêntimos). Em Operações de Tesouraria registou-se de entradas de fundos o valor de € 386.626,14 (trezentos oitenta e seis mil seiscentos vinte e seis euros e catorze cêntimos) e com o saldo de € 221.765,55 (duzentos vinte e um mil setecentos sessenta e cinco euros e cinquenta e cinco cêntimos) perfaz a quantia de € 608.391,60 (seiscentos e oito mil trezentos noventa e um euros e sessenta cêntimos), de saídas registou-se um montante de € 407.557,30 (quatrocentos e sete mil quinhentos cinquenta e sete euros e trinta cêntimos), apresentando um saldo de € 200.834,39 (duzentos mil oitocentos trinta e quatro euros e trinta e nove cêntimos) e acusando a Conta de Documentos um saldo de € 58.207,68 (cinquenta e oito mil duzentos e sete euros e sessenta e oito cêntimos).

Foi também presente o Relatório de Actividades e Gestão do ano findo, que depois de devidamente apreciado, foi votado por maioria, com seis votos contra dos membros: Leonel Rosa da Silveira; Paulo Jorge Borges; Maria Manuela Correia; Rui Ramos; Rui Borges e Luís Pires, uma abstenção da membro Maria do Carmo Lima e treze votos a favor, dos vinte membros presentes, encontrando-se ausentes da sala dois membros: Norberto Ponte e Roberto Sousa.

Na sequência do Relatório de Gestão e Documentos de Prestação de Contas de 2007, foi pela Câmara apresentada a seguinte proposta:

Nos termos do ponto 2.7.3.3, do Decreto - Lei nº 54-A/99, de 22 de Fevereiro, quando houver saldo positivo na conta 59 "Resultados Transitados", o seu montante pode ser repartido da seguinte forma:

- a) Reforço do Património;
- b) Constituição ou Reforço de Reservas.

Refere, ainda, o ponto 2.7.3.5 que deve constituir-se o reforço anual da conta 57.1 "Reservas Legais", no valor mínimo de 5% do Resultado Líquido do Exercício.

Assim, para cumprimento dessa norma legal, a Câmara Municipal de Lagoa, propõe que o Resultado Líquido do Exercício, no montante de 2.325.431,93 euros, seja aplicado da seguinte forma:

Reservas Legais 116.271,60 euros

Reforço do Património 2.209.160,33 euros

A Assembleia Municipal aprovou, por maioria, com seis votos contra dos membros: Leonel Rosa da Silveira; Paulo Jorge Borges; Maria Manuela Correia; Rui Ramos; Rui Borges e Luís Pires, uma abstenção da membro Maria do Carmo Lima e treze votos a favor, dos vinte membros presentes, encontrando-se ausentes da sala dois membros: Norberto Ponte e Roberto Sousa, a proposta de aplicação de Resultados Líquidos do Exercício de 2007, de acordo com o disposto no ponto 2.7.3.1 do Decreto - Lei nº 54-A/99, de 22 de Fevereiro.

Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o nº 3 do artigo 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro. Os documentos acima mencionados foram assinados e rubricados em todas as folhas pelos membros da Mesa da Assembleia Municipal, a fim de evitar a sua transcrição em acta, conforme determina o artigo 5º do Decreto - Lei nº 45 362, de 21 de Novembro de 1963, na sua actual redacção, dada pelo Decreto - Lei nº 334/82, de 19 de Agosto.

Pelos membros Municipais: Leonel Rosa Silveira; Paulo Jorge Amaral Borges; Maria Manuela Correia; Rui d' Oliveira Ramos; Luís Pires e Rui Borges, foi presente a Declaração de Voto que abaixo se transcreve:

"Prestação de contas 2007

Todos sabemos que o documento de prestação de contas traduz a execução do orçamento, bem como as grandes opções do plano referentes a 2007.

Tendo em conta os anos de 2003 a 2007, trata-se do pior ano em termos de investimento, o que para nós é mau para o concelho e só nos dá razão quando dizemos que “a Lagoa parou no tempo”, quer os senhores queiram ou não.

Os resultados são por isso os seguintes:

- Investimento – Coeficiente de realização 39,68%;
- Orçamento - Coeficiente de realização 68,11%;
- Despesa Corrente - Coeficiente de realização 86,83%;
- Os investimentos sectoriais inflacionados, denotam falta de rigor e objectividade;
- Receitas correntes - Coeficiente de realização 37,37%;
- Taxas, multas e penalidades – 63,79 %, o que é estranho! Se houve aumento de empresas, postos de trabalho e mais construção civil, como se pode interpretar tais números?
- Receitas de capital 37,81 representam o pior resultado dos últimos 5 anos;
- Dívidas a terceiros (fornecedores) aumentam precisamente no pior ano de investimentos 39,68%;
- Dívidas de terceiros à Câmara aumentam em cerca 8 mil euros de 2005 a 2007, não obstante as recomendações do Tribunal de Contas.

Conclusões: Mais uma vez estamos perante um documento “transparente”, cuja primeira coisa a transparecer é a de que a Lagoa parou no tempo. Não há investimento, como prova o coeficiente de realização de 39,68%.

Para além disso, aquando da discussão sobre o Orçamento para 2007 dissemos que dificilmente se atingiria o valor de 15 milhões de receita. Tivemos razão, e sabemos hoje que a receita se ficou apenas próxima dos 10 milhões de euros. Pena é que a maioria não reconheça os seus próprios falhanços, insistindo sistematicamente na inflação dos orçamentos. Depois é o que se vê: Execuções baixas que defraudam as expectativas dos Lagoenses.

Para além disso, não foram atendidas todas as recomendações do Tribunal de Contas, nomeadamente no que respeita às dívidas de terceiros à Câmara.

É urgente por isso que não paguem uns pelos incumprimentos dos outros.

Assim sendo, é imperativo de boa gestão que o Executivo Camarário deva empenhar-se mais na cobrança das dívidas, que ao invés de diminuírem têm aumentado significativamente. Esperemos que 2008 nos traga melhores notícias a esse respeito.

Por tudo isso, é de consciência tranquila que votamos contra o presente relatório de contas.”

PONTO Nº 3 – 2ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O ANO FINANCEIRO DE 2008:

Pela Câmara Municipal foi presente a 2ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano do corrente ano, de acordo com o que preconiza o Decreto – Lei nº 54-A/99, de 22 de Fevereiro, na sua actual redacção.

Criação da Receita:

Saldo da gerência anterior

160101 – na posse do Serviço – 183.357,00 €

Criação da Despesa:

0101 020215 – Formação - 1.000,00 € - Assembleia Municipal;

Inclusão de novos projectos:

0501 Obj/Prog.- 0102 110299 – Outras despesas – 300,00 € - Restituições;

0502 Obj/Prog.- 0302 07010401 – Remodelação e Requalificação da Avenida do Mar – 30.000,00 €

0601 Obj/Prog.- 0303 070306 – Adaptação da ETAR de Água de Pau – 1.000,00 €

11 Obj/Prog.- 0103 080701 – Transferência para a Cooperativa Megasil – Beneficiação da área de produção – 6.000,00 €

Reforços:

0102 02010802 – Consumos de Secretaria – 5.000,00 €

0201 02010802 – Consumos de Secretaria – 3.000,00 €

0301 020215 – Formação – 1.000,00 €

0302 020225 – Outros Serviços – 5.000,00 €

0303 020225 – Outros Serviços – 11.057,00 €

0202 Obj/Prog.- 0302 07010399 – Pousada da Juventude – 40.000,00 €

0503 Obj/Prog.- 0302 07030304 – Ampliação da Rede de Iluminação Pública no Concelho – 10.000,00 €

0801 Obj/Prog.- 0303 07030307 – Ampliação da Rede de distribuição de água no Concelho de Lagoa – 49.000,00 €

10 Obj/Prog.- 0304 07010401 – Arranjo Urbanístico na Zona Baixa da Areia – 16.000,00 €

10 Obj/Prog.- 0304 070111 – Aquisição de Maquinaria e Equipamento – 5.000,00 €

O membro Paulo Jorge Borges referiu que em quase quatro meses deste ano, já foram feitas duas revisões orçamentais, em cada sessão da Assembleia Municipal uma revisão orçamental, o que demonstra uma má gestão. Mas atendendo que esta

revisão inclui novos projectos e reforça outros projectos de investimentos irá votar a favor.

O membro Rui Ramos referiu que esta revisão orçamental que reforça o investimento vem ao encontro do que o PSD pensa.

O Senhor Presidente da Câmara no uso da palavra informou que esta revisão era necessária e trata-se de uma revisão legal.

Foi pelo Senhor Presidente da Assembleia posta à votação, a 2ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano do corrente ano, tendo a Assembleia sobre o referido documento, deliberado, por unanimidade, dos vinte e dois membros presentes:

1º Aprovar a 2ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano do corrente ano, no montante de € 183.357,00 (cento e oitenta e três mil trezentos cinquenta e sete euros) de acordo com o que preconiza a alínea b) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro;

2º Rubricar todas as folhas, dispensando a sua transcrição em acta, de acordo com o Decreto-Lei nº 45 362 de 21 de Novembro de 1963, com a nova redacção dada ao artigo 5º pelo Decreto-Lei nº 334/82, de 19 de Agosto;

3º Aprovar em minuta esta deliberação para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o nº3 do artigo 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.

PONTO Nº 4 – PROPOSTA – DIVISÃO DE ENCARGOS – EMPREITADA DE “PROLONGAMENTO DA ESTRADA MUNICIPAL 516: DO CEMITÉRIO DO CABOUÇO (A NORTE) ATÉ À ROTUNDA DA GUIA (A SUL)”:

Pela Câmara Municipal foi presente a proposta de divisão de encargos financeiros da obra de “Prolongamento da Estrada Municipal 516: do Cemitério do Cabouço (a Norte) até à Rotunda da Guia (a Sul)”, em 2 anos económicos, cujo teor abaixo se transcreve:

“Por despacho datado de 23 de Janeiro de 2008, no uso das competências previstas na alínea g) do nº 1 do artigo 68º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro e as delegadas ao abrigo do nº 2 do artigo 29º do Decreto-Lei nº 197/99, de 8 de Junho, por deliberação camarária de 2 de Novembro de 2005, foi adjudicada a empreitada de “Prolongamento da Estrada Municipal 516: do Cemitério do Cabouço (a Norte) até à Rotunda da Guia (a Sul)” à firma A. R. Casanova, no montante de 473.991,57 € (quatrocentos setenta e três mil novecentos noventa e um euros e cinquenta e sete

cêntimos), acrescido do IVA, com a divisão dos respectivos encargos financeiros, em 2 anos económicos, atendendo que o prazo de execução da empreitada é de 12 meses e considerando que a sua execução física irá decorrer, quer no corrente ano, quer no próximo ano e de acordo com a calendarização previsível e respectivo cronograma financeiro, nos termos do nº 1 do artigo 22º do Decreto-Lei nº 197/99, de 8 de Junho, designadamente: 2008 – 374.174,79 € + IVA (9 meses) e 2009 – 99.816,78 € + IVA (3 meses).

Foi dado conhecimento à Câmara Municipal do respectivo despacho, em reunião Camarária de 25 de Janeiro de 2008, nos termos do nº 3 do artigo 65º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.

Considerando que no Plano Plurianual de Investimentos para 2009, está inscrita a verba de 100.000,00 € e o valor correspondente à obra para 2009, incluindo o IVA, perfaz a quantia de 103.809,45 €, ultrapassando aquele valor, a autorização para a divisão de encargos da referida obra, será ao abrigo do nº 6 do artigo 22º do Decreto-Lei nº 197/99, de 8 de Junho, da competência da Assembleia Municipal.

Face ao exposto proponho que a Câmara Municipal delibere submeter o processo à Assembleia Municipal.”

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, dos vinte e dois membros presentes:

1º Aprovar a proposta apresentada da divisão de encargos financeiros da obra de “Prolongamento da Estrada Municipal 516: do Cemitério do Cabouco (a Norte) até à Rotunda da Guia (a Sul)”, em 2 anos económicos;

2º Aprovar em minuta esta deliberação para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o nº 3 do artigo 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.

PONTO Nº 5 - PROPOSTA - DIVISÃO DE ENCARGOS - CONCURSO PÚBLICO “RECONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DO EDIFÍCIO PARA INSTALAÇÃO DO MUSEU DO PRESÉPIO AÇORIANO”:

Pela Câmara Municipal foi presente a proposta de divisão de encargos financeiros da obra de “Reconstrução e Ampliação do Edifício para Instalação do Museu do Presépio Açoriano”, em 2 anos económicos, cujo teor abaixo se transcreve:

“Considerando que por deliberação Camarária de 25-02-2008, foi aberto concurso público para a execução da empreitada de “Reconstrução e Ampliação do Edifício

para Instalação do Museu do Presépio Açoriano”, com o preço base de 950.000,00 € mais IVA;

Considerando que a empreitada em apreço tem um prazo de execução de 12 meses; Considerando que a execução física da obra irá decorrer, quer no corrente ano, quer no próximo ano e considerando ainda que no Plano Plurianual de Investimentos para 2009, está inscrita a verba de 300.000,00 € e o valor correspondente à obra para 2009, irá ultrapassar aquele valor, a autorização para a divisão de encargos da referida obra, será ao abrigo do nº 6 do artigo 22º do Decreto-Lei nº 197/99, de 8 de Junho, da competência da Assembleia Municipal.

Face ao exposto proponho que a Câmara Municipal delibere submeter à Assembleia Municipal a divisão dos respectivos encargos financeiros, em 2 anos económicos, designadamente:

2008 - 250.000,00 €

2009 - 750.000,00 €.”

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, dos vinte e dois membros presentes:

1º Aprovar a proposta apresentada da divisão de encargos financeiros da obra de “Reconstrução e Ampliação do Edifício para Instalação do Museu do Presépio Açoriano”, em 2 anos económicos;

2º Aprovar em minuta esta deliberação para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o nº 3 do artigo 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro. O membro Paulo Jorge Borges referiu que quando os documentos e os procedimentos são correctos votam favoravelmente.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO

O Senhor Presidente da Assembleia abriu o período de intervenção do público e passou a palavra ao Senhor José Fernando Carneiro Sousa.

No uso da palavra o Senhor José Fernando Carneiro Sousa referiu que todos os membros deste Órgão já sabem qual a razão da sua presença nesta sessão da Assembleia Municipal, o funcionamento do Armazém de Gás, sito à Travessa do Padre João Furtado Pacheco.

Expôs que alertou a Câmara Municipal para a existência de alguns buracos na via pública e informou que já foram reparados.

Mais referiu que ouvi um grupo de pessoas da Atalhada comentar que na altura das eleições foi falado que o lugar da Atalhada passaria a Freguesia. Comentou que a Freguesia da Ribeira Chã tem muito menos habitantes que o lugar da Atalhada e perguntou porque a Atalhada também não é uma Freguesia.

Na última sessão da Assembleia Municipal questionou se a Câmara Municipal já tinha atribuído subsídios para indemnizar estragos, às pessoas afectadas pelo tornado de 18 de Dezembro de 2006, porque tinha conhecimento de pessoas que ainda não tinham recebido qualquer participação por parte da Câmara Municipal. Apresentou documentos do Senhor Hélder Martins residente na Rua da Boavista, 2, Freguesia do Rosário.

O Senhor Presidente da Câmara no uso da palavra informou que em relação ao Lugar da Atalhada, não compete às Câmaras Municipais criar Freguesias. A Freguesia da Ribeira Chã foi criada devido à sua localização e é um lugar com uma identidade própria. Para a criação de Freguesia no Lugar da Atalhada, há uma série de questões a colocar, nomeadamente: haverá vantagens? As pessoas vão ter benefícios? Quando se criar, será mais uma estrutura geradora de custos e não há quaisquer reclamações de falta de apoio da Junta de Freguesia do Rosário ou da Câmara Municipal, até pelo contrário. No lugar da Atalhada a Junta de Freguesia do Rosário já teve um Posto de Atendimento que não tinha procura.

Sobre a atribuição de subsídios para indemnizar estragos, às pessoas afectadas pelo tornado de 18 de Dezembro de 2006, a Câmara Municipal com base nas candidaturas e informação dos Serviços, efectuou todos os pagamentos.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

Sem mais assuntos a tratar, sendo vinte e três horas e quinze minutos, foi dada por encerrada esta sessão pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal e para constar foi lavrada a presente acta, que depois de lida e aprovada será assinada pela mesa.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA

O PRIMEIRO SECRETÁRIO

O SEGUNDO SECRETÁRIO
